STJ00103993 - v.1

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Presidente do Instituto Internacional de Direito.

CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Teoria Geral do Direito Civil

1

34ª edição

Revista e atualizada de acordo com o Novo CPC (Lei n. 13.105/2015) e com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015)

2017

saraiva jur

STJ00103993 - v.1

ISBN 978-85-472-0957-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Diniz, Maria Helena

Curso de direito civil brasileiro, volume 1 : teoria geral do direito civil / Maria Helena Diniz. – 34. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

16-0618 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

SOMOS | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Edição Bruna Schlindwein Zeni

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Know-How Editorial

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Gráfica Ave Maria

Data de fechamento da edição: 31-10-2016

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602529 CAE 586575

1086050

STJ00103993 - v.1

Índice

Prefácio 13

Capítulo I
Objeto e finalidade da teoria geral do direito civil

1. *Direito positivo* 17

A. Noção de direito 17
B. Direito objetivo e direito subjetivo 24
C. Direito público e direito privado 27
D. Fontes jurídicas 34
E. Norma jurídica 38
e.1. Conceito 38
e.2. Classificação 49

2. *Direito civil* 59

A. Princípios e conteúdo do direito civil 59
B. Etiologia histórica do Código Civil brasileiro 62
C. Objeto e função da Parte Geral 68
D. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 72
d.1. O conteúdo e a função da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 72
d.2. A aplicação das normas jurídicas 74
d.3. A interpretação das normas 77
d.4. A integração das normas jurídicas e a questão da correção da antinomia jurídica 82
d.5. A vigência da norma de direito no tempo e no espaço 110
E. A relação jurídica 122

Capítulo II
Das pessoas

1. *Personalidade* 127

A. Conceito de pessoa 127

B. Personalidade jurídica 128
C. Direitos da personalidade 129

2. *Pessoa natural* 162

A. Conceito da pessoa natural 162
B. Capacidade jurídica 163
C. Incapacidade 169
c.1. Noção 169
c.2. Incapacidade absoluta 172
c.3. Incapacidade relativa 181
c.4. Proteção aos incapazes 205
c.5. Cessação da incapacidade 227
D. Começo da personalidade natural 231
E. Individualização da pessoa natural 238
e.1. Nome 239
e.2. Estado da pessoa natural 256
e.3. Domicílio 259
F. Extinção da personalidade natural 265

3. *Pessoa jurídica* 275

A. Conceito de pessoa jurídica 275
B. Natureza jurídica 276
C. Classificação da pessoa jurídica 278
D. Começo da existência legal da pessoa jurídica 313
E. Capacidade da pessoa jurídica 323
F. Responsabilidade civil 327
G. Seu domicílio 337
H. Transformação, incorporação, fusão, cisão e fim da pessoa jurídica . 339
I. Grupos despersonalizados 346
J. Desconsideração da personalidade jurídica 353

Capítulo III
Dos bens

1. *Noção de bens* 375

A. Conceito 375
B. Caracteres 376

2. *Classificação dos bens* 378

A. Finalidade 378
B. Bens considerados em si mesmos 379
b.1. Bens corpóreos e incorpóreos 379
b.2. Bens imóveis e móveis 379
b.3. Bens fungíveis e infungíveis 389
b.4. Bens consumíveis e inconsumíveis 391
b.5. Bens divisíveis e indivisíveis 392
b.6. Bens singulares e coletivos 395
C. Bens reciprocamente considerados 398
c.1. Coisa principal e acessória 398
c.2. Espécies de bens acessórios 399
D. Bens considerados em relação ao titular do domínio 409
E. Bens quanto à possibilidade de comercialização 415

Capítulo IV
Dos fatos jurídicos

1. *Teoria geral dos fatos jurídicos* 427

A. Conceito de fato jurídico em sentido amplo 427
B. Classificação dos fatos jurídicos 428
C. Aquisição de direitos 430
D. Modificação dos direitos 433
E. Defesa dos direitos 435
F. Extinção dos direitos 436

2. *Fato jurídico "stricto sensu"* 442

A. Conceituação e classificação 442
B. Prescrição como fato jurídico 444
b.1. Conceito e requisitos da prescrição 444
b.2. Prescrição aquisitiva e extintiva 454
b.3. Normas gerais sobre a prescrição 456
b.4. Prazos prescricionais 460
b.5. Ações imprescritíveis 465
C. Decadência 468
c.1. Conceito, objeto e arguição da decadência 468
c.2. Efeitos 471
c.3. Prazos de decadência 472

D. Distinção entre prescrição e decadência 476

3. *Ato jurídico em sentido estrito* 483

A. Conceito e classificação 483
B. Ato jurídico em sentido estrito e negócio jurídico 484

4. *Negócio jurídico* 490

A. Conceito 490
B. Classificação 491
C. Interpretação do negócio jurídico 493
D. Elementos constitutivos 498
E. Elementos essenciais gerais ou comuns à generalidade dos negócios jurídicos 499
e.1. Capacidade do agente 499
e.2. Objeto lícito, possível, determinado e determinável 503
e.3. Consentimento 504
e.3.1. Manifestação da vontade 504
e.3.2. Defeitos do negócio jurídico 505
F. Elementos essenciais particulares 562
f.1. Forma do negócio jurídico 562
f.2. Prova do ato negocial 566
G. Elementos acidentais 585
g.1. Generalidades 585
g.2. Condição 586
g.3. Termo 592
g.4. Modo ou encargo 596
H. Nulidade do negócio jurídico 600
h.1. Conceito e classificação 600
h.2. Efeitos da nulidade 603
h.3. Distinções entre nulidade e anulabilidade 606

5. *Ato ilícito* 615

A. Conceito e elementos do ato ilícito 615
B. Consequência do ato ilícito 620
C. Atos lesivos que não são ilícitos 621

Bibliografia 630

STJ00106992 -V.2

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Presidente do Instituto Internacional de Direito.

CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Teoria Geral das Obrigações

2

34ª edição
Revista e atualizada
2019

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0723-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Diniz, Maria Helena

Curso de direito civil brasileiro, volume 2 : teoria geral das obrigações / Maria Helena Diniz. – 34. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil 3. Obrigações (Direito) I. Título.

18-1880 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Deborah Caetano de Freitas Viadana

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Markelangelo Design e Projetos Editoriais
Revisão Amélia Kassis
Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Santa Marta

Data de fechamento da edição: 23-11-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605647 CAE 640898

STJ00106992 -V.2

Índice

Prefácio 15

Capítulo I
Introdução ao direito das obrigações

1. *Conceito de direito das obrigações* 19
2. *Importância dos direitos obrigacionais na atualidade* 20
3. *Natureza dos direitos creditórios* 22
   - **A.** Caracteres dos direitos obrigacionais 22
   - **B.** Traços distintivos entre direitos de crédito e direitos reais 23
   - **C.** Categorias jurídicas híbridas 26
     - **c.1.** Generalidades 26
     - **c.2.** Obrigações *propter rem* 27
       - **c.2.1.** Conceito e caracteres 27
       - **c.2.2.** Natureza jurídica 29
     - **c.3.** Ônus reais 31
     - **c.4.** Obrigações com eficácia real 33
4. *Conteúdo do direito das obrigações* 35

Capítulo II
Noções gerais de obrigação

1. *Conceito de obrigação* 41
2. *Elementos constitutivos da relação obrigacional* 46
3. *Fontes das obrigações* 57
4. *Classificação das obrigações* 62

Capítulo III
Modalidades das obrigações

1. *Obrigações consideradas em si mesmas* 69
   - **A.** Obrigações em relação ao seu vínculo 69
     - **a.1.** Noções gerais 69

a.2. Obrigação civil e empresarial 70
a.3. Obrigação moral 70
a.4. Obrigação natural 71
a.4.1. Conceito, caracteres e efeitos 71
a.4.2. Obrigação natural no direito brasileiro 75
a.4.3. Natureza da obrigação natural 82
B. Obrigações quanto ao seu objeto 88
b.1. Obrigações atinentes à natureza do objeto 88
b.1.1. Obrigação de dar 88
b.1.1.1. Espécies de prestação de coisa 88
b.1.1.2. Obrigação de dar coisa certa 93
b.1.1.2.1. Noção 93
b.1.1.2.2. Consequências da perda ou da deterioração da coisa certa 94
b.1.1.2.3. Cômodos na obrigação de dar coisa certa 96
b.1.1.3. Obrigação de dar coisa incerta 98
b.1.1.3.1. Conceito 98
b.1.1.3.2. Preceitos legais que a disciplinam 98
b.1.1.4. Obrigação de solver dívida em dinheiro 103
b.1.2. Obrigação de fazer 116
b.1.2.1. Conceito e objeto 116
b.1.2.2. Diferenças entre a obrigação de dar e a de fazer 117
b.1.2.3. Espécies de *obligatio ad faciendum* 124
b.1.2.4. Consequências do inadimplemento da obrigação de fazer 126
b.1.3. Obrigação de não fazer 130
b.1.3.1. Conceito 130
b.1.3.2. Descumprimento da *obligatio ad non faciendum* 131
b.2. Obrigações quanto à liquidez do objeto 133
b.2.1. Obrigação líquida 133
b.2.2. Obrigação ilíquida 135
C. Obrigações relativas ao modo de execução 141
c.1. Obrigação simples e cumulativa 141
c.2. Obrigação alternativa 142
c.2.1. Conceito e caracteres 142

c.2.2. Concentração do débito na obrigação alternativa 143
c.2.3. Consequências da inexequibilidade das prestações.... 147
c.3. Obrigação facultativa 150
D. Obrigações concernentes ao tempo de adimplemento 154
d.1. Obrigação momentânea ou instantânea 154
d.2. Obrigação de execução continuada ou periódica 154
E. Obrigações quanto aos elementos acidentais 155
e.1. Generalidades 155
e.2. Obrigação condicional 157
e.2.1. Definição 157
e.2.2. Efeitos das várias modalidades de obrigação condicional 158
e.3. Obrigação modal 162
e.3.1. Conceito e objeto 162
e.3.2. Consequências jurídicas 162
e.4. Obrigação a termo 163
e.4.1. Noção 163
e.4.2. Exigibilidade da obrigação a termo 164
F. Obrigações em relação à pluralidade de sujeitos 168
f.1. A pluralidade de sujeitos na relação obrigacional 168
f.2. Obrigação divisível e indivisível 170
f.2.1. Conceito de obrigação divisível e indivisível 170
f.2.2. A questão da divisibilidade e da indivisibilidade nas várias modalidades de obrigação 173
f.2.3. Efeitos da obrigação divisível e indivisível 175
f.2.4. Perda da indivisibilidade 179
f.3. Obrigação solidária 180
f.3.1. Conceito, caracteres e espécies de obrigação solidária 180
f.3.2. Princípios comuns à solidariedade 184
f.3.3. Fontes da obrigação solidária 186
f.3.4. Distinção entre obrigação solidária e obrigação indivisível 189
f.3.5. Solidariedade ativa 191
f.3.5.1. Definição 191
f.3.5.2. Efeitos jurídicos 192
f.3.6. Solidariedade passiva 197
f.3.6.1. Conceituação 197
f.3.6.2. Consequências jurídicas 198
f.3.7. Solidariedade recíproca ou mista 210

f.3.8. Extinção da solidariedade 210
G. Obrigações quanto ao conteúdo 222
g.1. Obrigação de meio 222
g.2. Obrigação de resultado 223
g.3. Obrigação de garantia 224

2. *Obrigações reciprocamente consideradas* 226

A. Obrigação principal e acessória 226
B. Efeitos jurídicos dessas modalidades de obrigação 227

Capítulo IV
Efeitos das obrigações

1. *Introdução ao estudo dos efeitos das relações obrigacionais* 233

A. Efeitos decorrentes do vínculo obrigacional 233
B. Pessoas sujeitas aos efeitos das obrigações 233

2. *Modos de extinção das obrigações* 236

A. Meios de solver as obrigações 236
B. Pagamento ou modo direto de extinguir a obrigação 238
b.1. Conceito e natureza jurídica do pagamento 238
b.2. Requisitos essenciais ao exato cumprimento da obrigação..... 239
b.3. Tempo do pagamento 251
b.4. Lugar do pagamento 253
b.5. Prova do pagamento 257
b.6. Pagamento indevido 261
b.6.1. Conceito e espécies de pagamento indevido 261
b.6.2. Requisitos necessários à sua caracterização 263
b.6.3. Repetição do pagamento 266
b.6.4. Exclusão da restituição do indébito 268
C. Pagamento indireto 273
c.1. Generalidades 273
c.2. Pagamento em consignação 273
c.2.1. Origem, conceito e natureza jurídica 273
c.2.2. Casos legais de consignação..... 276
c.2.3. Requisitos subjetivos e objetivos 280
c.2.4. Direito do consignante ao levantamento do depósito..... 283
c.2.5. Processo de consignação 284
c.2.6. Efeitos do depósito judicial 286
c.2.7. Consignação extrajudicial..... 286

c.3. Pagamento com sub-rogação 291
c.3.1. Histórico 291
c.3.2. Conceito 291
c.3.3. Natureza jurídica 293
c.3.4. Modalidades de sub-rogação pessoal 294
c.3.5. Efeitos 299
c.4. Imputação do pagamento 302
c.4.1. Definição 302
c.4.2. Requisitos 303
c.4.3. Espécies 305
c.4.4. Efeito 307
c.5. Dação em pagamento 308
c.5.1. Breve notícia histórica 308
c.5.2. Conceito, objeto e natureza jurídica 310
c.5.3. Requisitos 313
c.5.4. Analogia com outros institutos 315
c.5.5. Efeito 315
c.5.6. Nulidade 317
c.6. Novação 320
c.6.1. Considerações históricas 320
c.6.1.1. Função da novação no direito romano 320
c.6.1.2. Caráter da novação no direito moderno 322
c.6.2. Conceito 323
c.6.3. Requisitos essenciais 325
c.6.4. Espécies 330
c.6.5. Efeitos 337
c.6.5.1. Generalidades 337
c.6.5.2. Efeitos da novação quanto à obrigação extinta 337
c.6.5.3. Efeitos da novação em relação à nova obrigação 339
c.7. Compensação 342
c.7.1. Histórico 342
c.7.2. Conceito e natureza jurídica 343
c.7.3. Espécies 346
c.7.3.1. Generalidades 346
c.7.3.2. Compensação legal 346
c.7.3.2.1. Conceito e efeitos 346
c.7.3.2.2. Requisitos 347
c.7.3.3. Compensação convencional 355
c.7.3.4. Compensação judicial 356
c.8. Transação 360
c.8.1. Histórico 360

c.8.2. Definição e elementos constitutivos 361
c.8.3. Caracteres 364
c.8.4. Modalidades e formas de transação 365
c.8.5. Objeto 367
c.8.6. Natureza jurídica 367
c.8.7. Nulidade 368
c.8.8. Efeitos 369
c.9. Compromisso 372
c.9.1. Notícia histórica 372
c.9.2. Conceito e natureza jurídica 373
c.9.3. Espécies 375
c.9.4. Pressupostos subjetivos e objetivos 377
c.9.5. Compromisso e institutos afins 378
c.9.6. Efeitos do compromisso 380
c.9.7. Nulidade do laudo arbitral 381
c.9.8. Extinção do compromisso 382
c.10. Confusão 385
c.10.1. Histórico 385
c.10.2. Conceito e requisitos 385
c.10.3. Espécies 388
c.10.4. Efeitos 390
c.10.5. Extinção 390
c.11. Remissão das dívidas 393
c.11.1. Origem histórica 393
c.11.2. Conceito e natureza jurídica 393
c.11.3. Modalidades 396
c.11.4. Casos de remissão presumida 396
c.11.5. Efeitos 398
D. Extinção da relação obrigacional sem pagamento 401
d.1. Generalidades 401
d.2. Prescrição 401
d.3. Impossibilidade de execução sem culpa do devedor 402
d.3.1. Noções gerais 402
d.3.2. Caso fortuito e força maior 403
d.3.3. Efeitos da inexecução da obrigação por fato inimputável ao devedor 404
d.4. Advento de condição resolutiva ou de termo extintivo 405
E. Execução forçada por intermédio do Poder Judiciário 408

3. *Consequências da inexecução das obrigações por fato imputável ao devedor* 416

A. Inadimplemento voluntário 416
a.1. Normas sobre inadimplemento da obrigação 416
a.2. Fundamento da responsabilidade contratual do inadimplente 418
B. Mora 422
b.1. Mora e inadimplemento absoluto 422
b.2. Conceito e espécies de mora 422
b.3. Mora do devedor 424
b.3.1. Noção e modalidades 424
b.3.2. Requisitos 425
b.3.3. Efeitos jurídicos 426
b.4. Mora do credor 428
b.4.1. Conceito e pressupostos 428
b.4.2. Consequências jurídicas 430
b.5. Mora de ambos os contratantes 431
b.6. Juros moratórios 432
b.6.1. Conceito e classificação dos juros 432
b.6.2. Juros moratórios 435
b.6.2.1. Noção e espécies 435
b.6.2.2. Extensão dos juros moratórios 441
b.6.2.3. Momento da fluência dos juros de mora ... 441
b.7. Purgação da mora 443
b.8. Cessação da mora 444
C. Perdas e danos 449
c.1. Noção de perdas e danos 449
c.2. Fixação da indenização das perdas e danos 450
c.3. Modos de liquidação do dano 453
D. Cláusula penal 455
d.1. Conceito e funções 455
d.2. Caracteres 458
d.3. Modalidades 462
d.4. Requisitos para sua exigibilidade 463
d.5. Paralelo com institutos afins 464
d.6. Efeitos 466

Capítulo V
Transmissão das obrigações

1. *Noções gerais sobre a transmissão das obrigações* 473
A. Conceito de cessão 473

B. Espécies de cessão 474

2. *Cessão de crédito* 475

A. Conceito e modalidades 475
B. Cessão de crédito e institutos similares 479
C. Requisitos 479
D. Efeitos 484

3. *Cessão de débito* 491

A. Conceito e pressupostos 491
B. Modos de realização 494
C. Efeitos 497

4. *Cessão de contrato* 501

A. Conceito 501
B. Requisitos 502
C. Efeitos 503

Bibliografia 505

STJ00105538 - v.3

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Presidente do Instituto Internacional de Direito.

CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais

3

34ª edição

Revista e atualizada de acordo com o Novo CPC (Lei n. 13.105/2015)

2018

saraiva jur

STJ00105538 - v.3

ISBN 978-85-472-2359-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Diniz, Maria Helena

Curso de direito civil brasileiro, volume 3 : teoria das obrigações contratuais e extracontratuais / Maria Helena Diniz. – 34. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

Revista e atualizada de acordo com o Novo CPC (Lei n. 13.105/2015).

1. Direito civil - Brasil 2. Contratos (Direito civil) I. Título.

17-1372 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Bruna Schlindwein Zeni

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Markelangelo Design e Projetos Editoriais
Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva
Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Intergraf Ind. Gráfica Eireli

Data de fechamento da edição: 17-11-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604548 CAE 623450

STJ00105538 - v.3

Índice

Prefácio 19

Capítulo I
Fontes das obrigações

1. *Sistematização das fontes das obrigações* 23
2. *Conteúdo deste livro* 26

Capítulo II
Teoria das obrigações contratuais

1. *Funções da teoria das obrigações contratuais* 29
2. *Contratos em geral* 31

A. Conceito e requisitos de validade do contrato 31
B. Princípios fundamentais do direito contratual 40
C. Formação do contrato 56
c.1. Elementos indispensáveis à constituição do contrato 56
c.2. Fases da formação do vínculo contratual 60
c.2.1. Generalidades 60
c.2.2. Negociações preliminares 60
c.2.3. Proposta ou policitação 68
c.2.3.1. Conceito e caracteres 68
c.2.3.2. Obrigatoriedade da proposta 72
c.2.4. Aceitação 76
c.2.4.1. Definição e requisitos 76
c.2.4.2. Aceitação nos contratos *inter praesentes* e *inter absentes* 79
c.2.4.3. Retratação do aceitante 80
c.3. Momento da conclusão do contrato 80
c.4. Lugar da celebração do negócio jurídico contratual 84
D. Interpretação do contrato 89
E. Classificação dos contratos no direito civil brasileiro 94

e.1. Notas introdutórias atinentes à classificação dos negócios jurídicos contratuais 94
e.2. Critérios para a classificação dos contratos 94
e.3. Contratos considerados em si mesmos 95
e.3.1. Generalidades 95
e.3.2. Contratos quanto à natureza da obrigação entabulada 95
e.3.2.1. Contratos unilaterais e bilaterais 95
e.3.2.2. Contratos onerosos e gratuitos 98
e.3.2.3. Contratos comutativos e aleatórios 100
e.3.2.3.1. Noção de contrato comutativo 100
e.3.2.3.2. Contratos aleatórios 101
e.3.2.3.2.1. Conceituação ... 101
e.3.2.3.2.2. Distinção entre contratos comutativos e aleatórios 102
e.3.2.3.2.3. Contratos condicionais e aleatórios 104
e.3.2.3.2.4. Espécies de contratos aleatórios 104
e.3.2.4. Contratos paritários e contratos por adesão 106
e.3.3. Classificação dos contratos quanto à forma 111
e.3.3.1. Contratos consensuais 111
e.3.3.2. Contratos solenes ou formais 111
e.3.3.3. Contratos reais 111
e.3.4. Contratos em relação à sua designação e à falta de disciplina jurídica 112
e.3.4.1. Contratos nominados 112
e.3.4.2. Contratos inominados 113
e.3.5. Distinção dos contratos relativamente ao objeto 115
e.3.6. Contratos quanto ao tempo de sua execução 116
e.3.6.1. Contratos de execução imediata 116
e.3.6.2. Contratos de execução continuada 116
e.3.6.3. Importância dessa classificação 117
e.3.7. Divisão dos contratos em atenção à pessoa do contratante 118
e.3.7.1. Contratos pessoais ou *intuitu personae* e contratos impessoais 118
e.3.7.2. Consequências práticas dessa distinção 118
e.4. Contratos reciprocamente considerados 118
e.4.1. Notas introdutórias 118

e.4.2. Contratos principais 118
e.4.3. Contratos acessórios 119
e.4.4. Princípios fundamentais atinentes aos contratos principais e acessórios 119
F. Efeitos do contrato 123
f.1. Noções gerais 123
f.2. Efeitos jurídicos decorrentes da obrigatoriedade do contrato. 123
f.3. Efeitos do contrato quanto à sua relatividade 124
f.3.1. Generalidades 124
f.3.2. Efeitos gerais do contrato 125
f.3.2.1. Efeitos do contrato em relação aos contratantes 125
f.3.2.2. Efeitos do contrato quanto aos sucessores a título universal e particular 125
f.3.2.3. Efeitos do contrato relativamente a terceiros 126
f.3.2.3.1. Princípio geral 126
f.3.2.3.2. Estipulação em favor de terceiro 127
f.3.2.3.3. Contrato por terceiro 131
f.3.2.3.4. Contrato com pessoa a declarar. 133
f.3.2.4. Efeitos do princípio da relatividade quanto ao objeto da obrigação 135
f.3.3. Efeitos particulares do contrato 135
f.3.3.1. Considerações introdutórias 135
f.3.3.2. Direito de retenção 136
f.3.3.3. *Exceptio non adimpleti contractus* 137
f.3.3.4. Vícios redibitórios 139
f.3.3.4.1. Conceito e fundamento jurídico 139
f.3.3.4.2. Requisitos necessários 140
f.3.3.4.3. Consequências jurídicas 143
f.3.3.5. Evicção 148
f.3.3.5.1. Definição 148
f.3.3.5.2. Condições necessárias para a configuração da responsabilidade pela evicção 151
f.3.3.5.3. Reforço, redução e exclusão da responsabilidade pela evicção 155
f.3.3.5.4. Direitos do evicto 156
f.3.3.6. Arras 161
f.3.3.6.1. Conceito e caracteres 161
f.3.3.6.2. Espécies de arras 162
G. Extinção da relação contratual 177
g.1. Notas introdutórias 177

g.2. Extinção normal do contrato 177
g.3. Causas de dissolução do contrato anteriores ou contemporâneas à sua formação 178
g.3.1. Generalidades 178
g.3.2. Nulidade 179
g.3.3. Condição resolutiva 179
g.3.4. Direito de arrependimento 181
g.4. Causas extintivas do contrato supervenientes à sua formação. 182
g.4.1. Noções gerais 182
g.4.2. Resolução por inexecução voluntária do contrato 182
g.4.3. Resolução por inexecução contratual involuntária 183
g.4.4. Resolução por onerosidade excessiva 184
g.4.5. Resilição bilateral ou distrato 187
g.4.6. Resilição unilateral 188
g.4.7. Morte de um dos contratantes 191

3. *Modalidades contratuais previstas no Código Civil* 195

A. Notas introdutórias 195
B. Compra e venda 195
b.1. Conceito e caracteres 195
b.2. Elementos constitutivos 198
b.3. Consequências jurídicas 213
b.4. Cláusulas especiais à compra e venda 227
b.4.1. Generalidades 227
b.4.2. Retrovenda 228
b.4.3. Venda a contento e venda sujeita a prova 231
b.4.4. Preempção 234
b.4.5. Reserva de domínio 238
b.4.6. Venda sobre documentos 241
C. Troca ou permuta 246
c.1. Conceito e caracteres jurídicos 246
c.2. Objeto 246
c.3. Relação com a compra e venda 247
D. Contrato estimatório 249
E. Doação 253
e.1. Conceito e elementos característicos 253
e.2. Requisitos 261
e.3. Espécies 268
e.4. Invalidade 272
e.5. Revogação 273
F. Locação 281
f.1. Conceito e espécies 281

f.2. Caracteres gerais 282
f.3. Locação de coisas 283
f.3.1. Conceito e elementos essenciais 283
f.3.2. Direitos e obrigações do locador 293
f.3.3. Direitos e deveres do locatário 298
f.3.4. Transferência do contrato de locação por ato *inter vivos* 305
f.3.4.1. Generalidades 305
f.3.4.2. Cessão de locação 307
f.3.4.3. Sublocação 308
f.3.5. Transferência dos direitos e deveres decorrentes da locação por causa de morte do locador ou do locatário 310
f.3.6. Extinção da locação de coisas 311
f.4. Locação de serviço ou prestação de serviço 313
f.4.1. Considerações gerais 313
f.4.2. Conceito e caracteres 315
f.4.3. Objeto 316
f.4.4. Remuneração 318
f.4.5. Tempo de duração 319
f.4.6. Modos terminativos do contrato de locação de serviço 321
f.5. Locação de obra ou empreitada 325
f.5.1. Noção e caracteres 325
f.5.2. Modalidades 327
f.5.3. Efeitos 331
f.5.4. Cessação 342
G. Empréstimo 352
g.1. Conceito e espécies 352
g.2. Comodato 353
g.2.1. Definição e traços característicos 353
g.2.2. Requisitos 355
g.2.3. Obrigações do comodatário 356
g.2.4. Obrigações do comodante 360
g.2.5. Extinção 360
g.3. Mútuo 362
g.3.1. Conceito e caracteres 362
g.3.2. Requisitos 364
g.3.3. Efeitos jurídicos 370
g.3.4. Causas extintivas 371
H. Depósito 376
h.1. Noção e elementos característicos 376
h.2. Requisitos 379
h.3. Modalidades 380
h.3.1. Notas introdutórias 380

h.3.2. Depósito voluntário ou convencional 380
h.3.3. Depósito necessário 381
h.3.4. Depósito regular e irregular 384
h.3.5. Depósito judicial 386
h.4. Consequências jurídicas 386
h.5. Extinção 393
I. Mandato 399
i.1. Definição e caracteres jurídicos 399
i.2. Requisitos 404
i.3. Espécies 409
i.4. Direitos e deveres do mandatário 420
i.5. Direitos e obrigações do mandante 424
i.6. Modos terminativos do mandato 427
J. Comissão 436
j.1. Noção 436
j.2. Caracteres 438
j.3. Comissão *del credere* 439
j.4. Direitos e obrigações do comissário 440
j.5. Direitos e deveres do comitente 444
K. Agência e distribuição 449
k.1. Generalidades 449
k.2. Contrato de agência ou representação comercial 449
k.2.1. Conceito e elementos caracterizadores 449
k.2.2. Consequências jurídicas 454
k.2.3. Extinção 455
k.3. Contrato de distribuição 457
k.3.1. Generalidades 457
k.3.2. Conceito e requisitos 461
k.3.3. Obrigações dos contratantes 464
k.3.4. Controle empresarial sobre a rede de distribuição 466
k.3.5. Rescisão contratual 468
L. Corretagem 474
l.1. Definição e características jurídicas 474
l.2. Espécies de corretores 479
l.3. Direitos e obrigações dos corretores 491
l.4. Modos terminativos da mediação 496
M. Transporte 500
m.1. Conceito e caracteres jurídicos 500
m.2. Espécies de transporte 502
m.3. Transporte de coisas 505
m.3.1. Noção 505
m.3.2. Efeitos jurídicos 509

m.4. Transporte de pessoas 521
m.4.1. Definição 521
m.4.2. Obrigações e direitos do transportador 532
m.4.3. Direitos e deveres do passageiro 541
N. Seguro 552
n.1. Conceito e caracteres 552
n.2. Requisitos 558
n.3. Modalidades 565
n.3.1. Generalidades 565
n.3.2. Seguro de dano 570
n.3.3. Seguro de pessoa 573
n.3.4. Seguro mútuo no Código Civil de 1916 580
n.4. Direitos e obrigações do segurado 581
n.5. Direitos e deveres do segurador 586
n.6. Extinção 591
O. Constituição de renda 598
o.1. Noção geral 598
o.2. Caracterização jurídica 599
o.3. Modos constitutivos 600
o.4. Efeitos 601
o.5. Causas extintivas 603
P. Jogo e aposta 605
p.1. Conceito de jogo e aposta 605
p.2. Espécies de jogo 606
p.3. Contratos diferenciais 609
p.4. Consequências jurídicas do jogo e da aposta 611
Q. Fiança 615
q.1. Definição e principais características jurídicas 615
q.2. Requisitos 617
q.3. Modalidades 620
q.4. Efeitos 621
q.5. Extinção 628
R. Transação 633
r.1. Histórico 633
r.2. Definição e elementos constitutivos 634
r.3. Caracteres 637
r.4. Modalidades e formas de transação 638
r.5. Objeto 640
r.6. Natureza jurídica 640
r.7. Nulidade 641
r.8. Efeitos 642
S. Compromisso 646

s.1. Notícia histórica 646
s.2. Conceito e natureza jurídica 646
s.3. Espécies 648
s.4. Pressupostos subjetivos e objetivos 650
s.5. Compromisso e institutos afins 652
s.6. Efeitos do compromisso 654
s.7. Nulidade do laudo arbitral 655
s.8. Extinção do compromisso 656
T. Sociedade 659
t.1. Conceito e caracteres jurídicos 659
t.2. Elementos 661
t.3. Requisitos 662
t.4. Espécies 666
t.5. Efeitos jurídicos 671
t.6. Dissolução 678
t.7. Liquidação 682

4. *Outras figuras contratuais admitidas em direito* 688

A. Generalidades 688
B. Fidúcia 688
C. Incorporação imobiliária 692
c.1. Noção geral 692
c.2. Objeto 697
c.3. Consequências jurídicas 698
c.4. Extinção 702
D. Edição 704
d.1. Conceito e caracteres jurídicos 704
d.2. Efeitos jurídicos 706
d.3. Extinção 710
E. Representação e execução 713
e.1. Definição 713
e.2. Elementos característicos 714
e.3. Consequências jurídicas 716
F. Parceria rural 720
f.1. Definição e características 720
f.2. Requisitos 726
f.3. Espécies 728
f.4. Consequências jurídicas 729
f.5. Extinção 732
G. Contrato de capitalização 737
H. Contratos bancários 738
h.1. Generalidades 738

h.2. Depósito bancário 739
h.2.1. Definição 739
h.2.2. Espécies 741
h.3. Redesconto 742
h.4. Empréstimo 743
h.5. Desconto 744
h.6. Antecipação 745
h.7. Abertura de crédito 745
h.8. Cartas de crédito 747
h.9. Conta corrente 748
h.9.1. Conceito 748
h.9.2. Características 749
h.9.3. Efeitos 750
h.9.4. Encerramento da conta 751
h.9.5. Extinção do contrato 752
h.10. Financiamento 752
h.11. Contrato de custódia e guarda de valores 753
h.12. Cédula de crédito bancário 754

5. *Novas técnicas contratuais* 764

A. Considerações gerais 764
B. Arrendamento mercantil ou *leasing* 764
b.1. Conceito e elementos jurídicos 764
b.2. Modalidades 773
b.3. Obrigações do arrendador e do arrendatário 776
b.4. Modos terminativos do contrato 777
C. *Know-how* ou contrato de importação de tecnologia 780
c.1. Noção geral 780
c.2. Transferência de *know-how* 782
c.3. Extinção 783
D. Franquia ou *franchising* 785
d.1. Definição e características 785
d.2. Cláusulas contratuais 787
d.3. Causas extintivas 788
E. *Engineering* 789
F. Faturização ou *factoring* 791
f.1. Conceituação e caracterização jurídica 791
f.2. Vantagens 793
f.3. Modalidades 795
f.4. Efeitos jurídicos 795
f.5. Extinção 797
G. *Hedging* 798

H. Contratos eletrônicos 801
h.1. Contratos eletrônicos e seus problemas jurídicos 801
h.2. Conceito e momento de sua formação 802
h.3. Seus requisitos de validade e sua eficácia probante 808
h.4. Compra e venda de ações mobiliárias via Internet 816
h.5. Disciplina legal de seu conteúdo 817
h.6. A questão da privacidade, do sigilo e da segurança da relação virtual geradora de negócio jurídico eletrônico 818

Capítulo III
Teoria das obrigações extracontratuais

1. *Finalidade da doutrina das obrigações extracontratuais* 827
2. *Obrigações por declaração unilateral de vontade* 828
A. A declaração unilateral de vontade como fonte de obrigações 828
B. Promessa de recompensa 829
b.1. Noção e requisitos 829
b.2. Efeitos 831
b.3. Promessa de recompensa mediante concurso 833
C. Gestão de negócios 835
c.1. Noção 835
c.2. Pressupostos 837
c.3. Consequências jurídicas 838
D. Pagamento indevido e enriquecimento sem causa 845
d.1. Conceito e espécies de pagamento indevido 845
d.2. Requisitos necessários à sua caracterização 847
d.3. Repetição do pagamento 850
d.4. Exclusão da restituição do indébito 853
E. Títulos de crédito 856
e.1. Conceito, requisitos e efeitos 856
e.2. Espécies 866
e.3. Títulos ao portador 867
e.3.1. Definição e traços característicos 867
e.3.2. Efeitos jurídicos 869
e.4. Títulos à ordem 872
e.4.1. Noção 872
e.4.2. Consequências jurídicas 873
e.5. Títulos nominativos 876
e.5.1. Definição 876
e.5.2. Efeitos jurídicos 876

3. *Obrigações por atos ilícitos* 881
A. Ato ilícito como fonte obrigacional 881
B. Responsabilidade complexa 885
b.1. Noção 885
b.2. Responsabilidade por fato de outrem 885
b.3. Responsabilidade pelo fato das coisas 889
C. Responsabilidade do demandante por dívida não vencida ou já solvida 891
D. Efeito no cível da decisão prolatada no crime 894
E. Liquidação das obrigações resultantes de ato ilícito 895

Bibliografia 907

STJ00109336 - V.4

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Professora Emérita da Faculdade de Direito de Itu. Membro benemérito do Instituto Sílvio Meira, Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Presidente do Instituto Internacional de Direito.

CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Direito das Coisas

4

34ª edição

Revista, ampliada e atualizada

De acordo com as Leis n. 13.777/2018 (multipropriedade) e 13.874/2019

2020

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0769-3 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Diniz, Maria Helena

Curso de direito civil brasileiro, volume 4 : direito das coisas / Maria Helena Diniz. – 34. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
722 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1321-2 (impresso)

1. Direito civil - Brasil I. Título.

19-1616 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito civil 347(81)

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Deborah Caetano de Freitas Viadana

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Rosana Peroni Fazolari
Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação Edson Colobone
Revisão Ivani A. M. Cazarim
Ivone Rufino Calabria
Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 10-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605980 CAE 704957

STJ00109336 - V.4

Índice

Prefácio 15

Capítulo I
Introdução ao direito das coisas

1. *Conceito, classificação e conteúdo do direito das coisas* 19
2. *Distinção entre direitos reais e pessoais* 26
3. *Conceito, caracteres fundamentais e classificação dos direitos reais* 36
4. *Objeto dos direitos reais* 40
5. *Noções gerais sobre a sub-rogação real* 42

Capítulo II
Da posse

1. *Origem da posse* 47
2. *Conceito de posse e seus elementos constitutivos* 49
3. *Objeto da posse* 61
4. *Natureza da posse* 67
5. *Suas modalidades* 71
6. *Modos aquisitivos da posse* 85
7. *Perda da posse* 95
8. *Efeitos da posse* 101

Capítulo III
Da propriedade

1. *Noções gerais sobre propriedade* 127
   A. Breve notícia histórica do direito de propriedade 127
   B. Fundamento jurídico do domínio 132
   C. Conceito e elementos constitutivos da propriedade 134
   D. Caracteres da propriedade 138

E. Objeto da propriedade 140
F. Espécies de propriedade 143
G. Responsabilidade civil do proprietário 143
H. Tutela específica do domínio 145

2. *Propriedade imóvel* 151
A. Da aquisição da propriedade imobiliária 151
a.1. Classificação dos modos de adquirir 151
a.2. Aquisição pelo registro do título 157
a.3. Aquisição por acessão 164
a.3.1. Conceito e modalidades 164
a.3.2. Acessões naturais 166
a.3.3. Acessões artificiais 173
a.4. Aquisição por usucapião 180
a.4.1. Origem histórica 180
a.4.2. Conceito e fundamento 182
a.4.3. Requisitos da usucapião 184
a.4.4. Espécies 197
a.5. Aquisição por legitimação fundiária 218
B. Perda da propriedade imóvel 219
b.1. Generalidades 219
b.2. Alienação 222
b.3. Renúncia 223
b.4. Abandono 223
b.5. Perecimento do imóvel 226
b.6. Desapropriação administrativa 227
b.7. Requisição 237
b.8. Desapropriação judicial baseada na posse *pro labore* 238
C. Condomínio 248
c.1. Conceito 248
c.2. Classificação do condomínio 250
c.3. Direitos e deveres dos condôminos 251
c.4. Administração do condomínio 259
c.5. Extinção do condomínio 261
c.6. Condomínios especiais 264
c.6.1. Condomínio por meação de paredes, cercas, muros e valas 264
c.6.2. Condomínio em edifício de apartamentos ou condomínio edilício 265

c.6.2.1. Sua origem 265
c.6.2.2. Natureza jurídica 267
c.6.2.3. Instituição e constituição 270
c.6.2.4. Direitos e deveres dos condôminos 272
c.6.2.5. Administração 289
c.6.2.6. Extinção 295
c.6.3. Condomínio de lotes 297
c.6.4. Fundo de investimento 298
c.6.5. Multipropriedade imobiliária 299
c.6.5.1. Generalidades 299
c.6.5.2. Multipropriedade como regime condominial. 302
c.6.5.3. Direitos do multiproprietário 306
c.6.5.4. Obrigações do multiproprietário 306
c.6.5.5. Transferência da multipropriedade 308
c.6.5.6. Administração da multipropriedade 308
c.6.5.7. Renúncia ao direito de multipropriedade .. 309
c.6.5.8. Efeitos de inadimplência obrigacional 309
c.6.6. Loteamento fechado 310
D. Restrições ao direito de propriedade 316
d.1. Fundamento das limitações à propriedade 316
d.2. Natureza e classificação das restrições ao domínio 317
d.3. Restrições à propriedade em virtude de interesse social 319
d.3.1. Restrições constitucionais 319
d.3.2. Restrições administrativas 323
d.3.3. Limitação ao direito de propriedade rural 328
d.3.4. Limitações de natureza militar 330
d.3.5. Restrição em razão de lei eleitoral 331
d.4. Limitações ao domínio baseadas no interesse privado 331
d.4.1. Dos direitos de vizinhança: conceito e fundamento . 331
d.4.2. Restrições ao direito de propriedade quanto à intensidade de seu exercício: o uso normal e o uso anormal da propriedade 333
d.4.3. Limitações legais à propriedade similares às servidões 340
d.4.3.1. Das árvores limítrofes 340
d.4.3.2. Da passagem forçada 342
d.4.3.3. Da passagem de cabos e tubulações 345
d.4.3.4. Das águas 346
d.4.4. Restrições oriundas das relações de contiguidade entre dois imóveis 353
d.4.4.1. Dos limites entre prédios 353

d.4.4.2. Direito de tapagem 357
d.4.4.3. Direito de construir 360

3. *Formas de aquisição e perda da propriedade móvel* 374
A. Noções gerais 374
B. Modalidades aquisitivas e extintivas da propriedade mobiliária 376
b.1. Modos originários de aquisição e perda da propriedade móvel 376
b.1.1. Ocupação 376
b.1.2. Usucapião 382
b.2. Modos derivados de aquisição e perda da propriedade móvel . 384
b.2.1. Especificação 384
b.2.2. Confusão, comistão e adjunção 387
b.2.3. Tradição 388

4. *Propriedade resolúvel* 394
A. Conceito 394
B. Efeitos 396

5. *Propriedade literária, científica e artística* 400
A. Natureza jurídica e conceito 400
B. Direitos autorais 405
b.1. Conteúdo 405
b.2. Direitos do autor 408
b.3. Limitações aos direitos do autor 412
b.4. Duração dos direitos do autor 416
b.5. Cessão dos direitos do autor 417
b.6. Sanções à violação dos direitos autorais 419
b.7. Desapropriação de obras publicadas 421

Capítulo IV
Direitos reais sobre coisas alheias

1. *Introdução aos direitos reais sobre coisas alheias* 427
A. Conceito 427
B. Espécies 428
C. Constituição por atos *inter vivos* 430

2. *Direitos reais limitados de gozo ou fruição* 434

A. Enfiteuse 434
a.1. Histórico 434
a.2. Natureza jurídica 437
a.3. Conceito 439
a.4. Objeto 440
a.5. Constituição 443
a.6. Analogia com outros institutos 445
a.7. Direitos e deveres do enfiteuta 445
a.8. Direitos e obrigações do senhorio direto 451
a.9. Extinção da enfiteuse 454
B. Servidões prediais 462
b.1. Conceito 462
b.2. Finalidade 464
b.3. Princípios fundamentais 465
b.4. Natureza jurídica 468
b.5. Classificação 471
b.6. Modos de constituição 475
b.7. Direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente 480
b.8. Proteção jurídica 482
b.9. Extinção 483
C. Usufruto 490
c.1. Conceito 490
c.2. Objeto 491
c.3. Caracteres jurídicos 494
c.4. Espécies de usufruto 495
c.5. Modos constitutivos 501
c.6. Analogia com outros institutos 502
c.7. Direitos e obrigações do usufrutuário 504
c.8. Direitos e deveres do nu-proprietário 510
c.9. Extinção do usufruto 512
D. Uso 521
d.1. Conceito 521
d.2. Caracteres 522
d.3. Objeto 522
d.4. Concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso 523
d.5. Modos de constituição 526
d.6. Direitos e deveres do usuário 526
d.7. Extinção 527

E. Habitação 530
e.1. Conceito e caracteres 530
e.2. Direitos e obrigações do habitador 530
e.3. Extinção 531
F. Superfície 532
G. Laje 547
H. Legitimação de posse 549

3. *Direitos reais de garantia* 552
A. Introdução aos direitos reais de garantia 552
a.1. Histórico 552
a.2. Conceito 554
a.3. Requisitos 555
a.4. Efeitos 561
a.5. Vencimento 566
B. Penhor 572
b.1. Conceito e caracteres 572
b.2. Modos de constituição 575
b.3. Direitos e deveres do credor pignoratício 577
b.4. Direitos e obrigações do devedor pignoratício 580
b.5. Espécies de penhor 581
b.5.1. Penhor legal 581
b.5.2. Penhor rural 585
b.5.3. Penhor industrial 591
b.5.4. Penhor mercantil 592
b.5.5. Penhor de direitos 594
b.5.6. Penhor de títulos de crédito 597
b.5.7. Penhor de veículos 601
b.6. Extinção do penhor 602
C. Anticrese 610
c.1. Conceito e caracteres 610
c.2. Direitos e deveres do credor anticrético 613
c.3. Direitos e obrigações do devedor anticrético 615
c.4. Extinção da anticrese 616
D. Hipoteca 619
d.1. Conceito e caracteres jurídicos 619
d.2. Requisitos 622
d.3. Efeitos 635
d.4. Remição hipotecária 643

d.5. Espécies de hipoteca 647
d.5.1. Hipoteca convencional 647
d.5.2. Hipoteca legal 648
d.5.3. Hipoteca judicial 653
d.5.4. Hipoteca cedular 656
d.6. Extinção da hipoteca 657
E. Alienação fiduciária em garantia 666
e.1. Breve notícia histórica 666
e.2. Conceito e caracteres 668
e.3. Requisitos 671
e.4. Direitos e obrigações do fiduciante 678
e.5. Direitos e deveres do fiduciário 683
e.6. Execução do contrato 685
e.7. Extinção da propriedade fiduciária 689

4. *Direito real de aquisição* 694
A. Generalidades 694
B. Compromisso ou promessa irretratável de venda 696
b.1. Histórico 696
b.2. Conceito 699
b.3. Requisitos 701
b.4. Efeitos jurídicos 705
b.5. Execução 708
b.6. Extinção 708

Bibliografia 713

STJ00109339 - V.7

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Professora Emérita da Faculdade de Direito de Itu. Membro benemérito do Instituto Sílvio Meira, Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Presidente do Instituto Internacional de Direito.

CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Responsabilidade Civil

7

34ª edição
Revista e atualizada
2020

saraiva jur

STJ00109339 - V.7

ISBN 978-85-536-0769-3 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Diniz, Maria Helena

Curso de direito civil brasileiro, volume 7 : responsabilidade civil / Maria Helena Diniz. – 34. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
776 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1324-3 (impresso)

1. Direito civil - Brasil. 2. Responsabilidade (Direito) I. Título.

19-1619 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito civil 347(81)

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva jus

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Deborah Caetano de Freitas Viadana

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Rosana Peroni Fazolari
Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação Edson Colobone
Revisão Ivani A. M. Cazarim
Ivone Rufino Calabria
Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 10-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605983 CAE 704959

STJ00109339 - V.7

Índice

Prefácio 15

Capítulo I
Introdução ao estudo da responsabilidade civil

1. *A responsabilidade civil como uma problemática jurídica* 19
2. *As funções da responsabilidade civil na atualidade* 21
3. *A evolução da responsabilidade civil* 27
4. *A responsabilidade moral, civil e criminal* 39

A. Generalidades 39
B. Responsabilidade moral e jurídica 39
C. Responsabilidade civil e penal 40

Capítulo II
Teoria geral da responsabilidade civil

1. *Conceito de responsabilidade civil* 49
2. *Pressupostos da responsabilidade civil* 52

A. Noções gerais em torno dos requisitos da responsabilidade civil 52
B. Ação 56
b.1. Conceito de ação 56
b.2. Culpa como fundamento da responsabilidade civil 57
b.2.1. Ato ilícito como fonte da obrigação de indenizar 57
b.2.2. Definição e classificação da culpa 58
b.2.3. Imputabilidade 62
b.3. Responsabilidade sem culpa 68
C. Dano 77
c.1. Conceito e requisitos do dano 77
c.2. Dano patrimonial 84
c.2.1. Conceito 84
c.2.2. Dano emergente e lucro cessante 85
c.2.3. Dano patrimonial direto e indireto 91

c.2.3.1. Distinção entre dano patrimonial direto e indireto 91
c.2.3.2. Lesão ao direito da personalidade como dano patrimonial indireto 92
c.2.3.2.1. Direitos da personalidade 92
c.2.3.2.2. Dano ao corpo 94
c.2.3.2.2.1. Tutela legal ao corpo humano.. 94
c.2.3.2.2.2. Dano estético... 100
c.2.3.2.3. Lesão à integridade intelectual e moral 103
c.2.3.3. Lesados indiretos 104
c.3. Dano moral 108
c.3.1. Definição 108
c.3.2. Dano moral direto e indireto 112
c.3.3. Reparabilidade do dano moral 113
c.3.3.1. Problemática da indenização do dano moral 113
c.3.3.2. Natureza jurídica da reparação 131
c.3.3.3. Formas de reparação 132
D. Nexo de causalidade entre o dano e a ação que o produziu 134
d.1. Noção 134
d.2. Nexo de causalidade e imputabilidade 135
d.3. Motivos excludentes do nexo causal 136

3. *Espécies de responsabilidade civil* 150

4. *Efeitos da responsabilidade civil* 155

A. Generalidades 155
B. Reparação do dano 155
b.1. Modos de reparação 155
b.2. Âmbito de ressarcimento do dano moral 159
b.2.1. Responsabilidade contratual 159
b.2.2. Responsabilidade extracontratual 161
b.2.2.1. Ressarcimento do dano à vida e à integridade corporal 161
b.2.2.2. Formas de reparação da ofensa à honra 172
b.2.2.3. Delitos contra a dignidade sexual 186
b.2.2.4. Atos ofensivos à liberdade pessoal 193
b.2.2.5. Reparação das ofensas ao direito à privacidade e à intimidade 194
b.2.2.6. Dano ao nome das pessoas 204
b.2.2.7. Atentados à imagem 205

b.2.2.8. Menoscabo ao direito moral do autor e do editor 218
b.2.2.9. Dano moral indireto pela perda de bens patrimoniais com valor afetivo 225
b.2.2.10. Reparação por rompimento de noivado e por dissolução de casamento 227
b.2.2.11. Indenização pela ruptura de união estável... 232
b.2.2.12. Dano ao embrião e ao nascituro 235
b.3. Titulares da ação ressarcitória 246
b.4. Devedores da indenização 250
C. Liquidação do dano 253
c.1. Conceito e função jurídica 253
c.2. Modalidades 259
D. Garantias de indenização 261
d.1. Noção geral 261
d.2. Hipoteca legal 262
d.3. Seguro obrigatório de responsabilidade civil 263
E. Efeito no cível da decisão prolatada no crime 268

Capítulo III
Responsabilidade contratual por inadimplemento da obrigação

1. *Consequências da inexecução das obrigações por fato imputável ao devedor* 279

A. Inadimplemento voluntário 279
a.1. Normas sobre o inadimplemento da obrigação 279
a.2. Fundamento e pressupostos da responsabilidade contratual do inadimplente 281
B. Mora 286
b.1. Mora e inadimplemento absoluto 286
b.2. Conceito e espécies de mora 286
b.3. Mora do devedor 287
b.3.1. Noção e modalidades 287
b.3.2. Requisitos 289
b.3.3. Efeitos jurídicos 290
b.4. Mora do credor 292
b.4.1. Conceito e pressupostos 292
b.4.2. Consequências jurídicas 294
b.5. Mora de ambos os contratantes 295
b.6. Juros moratórios 295

b.6.1. Conceito e espécies 295
b.6.2. Extensão 297
b.6.3. Momento da fluência dos juros de mora 297
b.7. Purgação da mora 298
b.8. Cessação da mora 299
C. Perdas e danos 303
c.1. Noção de perdas e danos 303
c.2. Fixação da indenização das perdas e danos 304
c.3. Modos de liquidação do dano 307
D. Cláusula penal 309
d.1. Conceito e funções 309
d.2. Caracteres 311
d.3. Modalidades 314
d.4. Requisitos para sua exigibilidade 316
d.5. Efeitos 316

2. *Princípios atinentes à responsabilidade contratual* 320
3. *Responsabilidade profissional* 325

A. Natureza jurídica da responsabilidade civil por danos no exercício da profissão 325
B. Responsabilidade dos advogados 328
C. Responsabilidade dos mandatários 334
D. Responsabilidade civil dos tabeliães e escreventes de notas 338
E. Responsabilidade dos médicos 346
F. Responsabilidade dos farmacêuticos 355
G. Responsabilidade dos enfermeiros e parteiras 366
H. Responsabilidade dos dentistas 367
I. Responsabilidade dos empreiteiros, engenheiros e arquitetos 386

4. *Responsabilidade civil na compra e venda* 394
5. *Responsabilidade civil na locação de coisa* 400
6. *Responsabilidade civil do comodatário* 406
7. *Responsabilidade civil no contrato de depósito* 409
8. *Responsabilidade civil no contrato de hospedagem* 414
9. *Responsabilidade civil dos proprietários e diretores de hospitais e de clínicas* 418
10. *Responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários* 421
11. *Responsabilidade civil no contrato de edição e de tradução* 436
12. *Responsabilidade civil no contrato de seguro* 444

13. *Responsabilidade civil do fiador* 451
14. *Responsabilidade civil no contrato de sociedade* 455
15. *Responsabilidade civil na sociedade anônima* 465
16. *Responsabilidade civil no contrato de representação comercial* 475
17. *Responsabilidade civil nos negócios efetivados em Bolsa de Valores* 479
18. *Responsabilidade civil das empresas de eletricidade e telefones* 484
19. *Responsabilidade civil das empresas de diversões* 487
20. *Responsabilidade civil nos esportes* 490
21. *Responsabilidade civil do fornecedor pelos produtos fabricados e pelos serviços prestados* 498

A. Generalidades 498
B. Política Nacional de Relações de Consumo e Sistema Nacional de Defesa do Consumidor 508
C. Restrições legais ao direito de contratar relações de consumo 510
D. Direitos do consumidor 519
E. Deveres do fornecedor de produtos ou serviços 522
F. Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço 526
G. Responsabilidade do fornecedor por vício do produto e do serviço 528
H. Sanções às práticas abusivas do fornecedor 531
I. Defesa judicial do consumidor 536
i.1. Noções gerais sobre a defesa do consumidor em juízo 536
i.2. Ação coletiva 538
i.3. Ação de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços 540

22. *Responsabilidade civil no contrato de transporte* 545

A. Noção geral de contrato de transporte 545
B. Responsabilidade civil pelos danos resultantes do transporte de coisas 547
C. Responsabilidade civil no transporte de pessoas 553
D. Transporte de notícias 559

23. *Responsabilidade civil decorrente de acidente do trabalho* 562

Capítulo IV
Responsabilidade extracontratual

1. *Noções gerais sobre responsabilidade delitual ou extracontratual* 583
2. *Responsabilidade por fato próprio* 585

3. *Responsabilidade complexa no direito brasileiro* 586
A. Conceito e modalidades 586
B. Responsabilidade por fato de terceiro 587
b.1. Princípios gerais 587
b.2. Casos de responsabilidade por fato de outrem 589
b.2.1. Responsabilidade dos pais pelo fato dos filhos menores 589
b.2.2. Responsabilidade do tutor e do curador pelo ato praticado pelo pupilo e curatelado 594
b.2.3. Responsabilidade do empregador ou comitente pelos atos lesivos de seus empregados, serviçais ou prepostos 598
b.2.4. Responsabilidade do hoteleiro pelos atos danosos de seus hóspedes 603
b.2.5. Responsabilidade do dono de educandário pelos prejuízos causados pelos educandos 603
b.2.6. Responsabilidade dos participantes, a título gratuito, em produto de crime 605
b.2.7. Responsabilidade do locador de automóveis pelos danos causados por ato do locatário a terceiros 605
b.3. Consequências jurídicas da responsabilidade por fato de terceiro 606
C. Responsabilidade pelo fato da coisa 610
c.1. Generalidades 610
c.2. Responsabilidade pelo fato do animal 610
c.2.1. Responsabilidade do guarda de animal 610
c.2.2. Causas excludentes da responsabilidade do proprietário ou do detentor do animal 614
c.3. Responsabilidade pelo fato da coisa inanimada 617
c.3.1. Responsabilidade pelo fato da coisa inanimada no direito brasileiro 617
c.3.2. Responsabilidade do dono de edifício ou construção ... 619
c.3.3. Responsabilidade de *effusis et dejectis* 622
c.3.4. Responsabilidade por queda de objetos espaciais 624
c.3.5. Responsabilidade extracontratual nos transportes 624
c.3.5.1. Responsabilidade civil no transporte gratuito 624
c.3.5.2. Responsabilidade civil nos acidentes de trânsito 626

c.3.5.3. Responsabilidade civil das estradas de ferro por danos causados a proprietários marginais ou a terceiros 644
c.3.5.4. Responsabilidade extracontratual no transporte aéreo 646

4. *Responsabilidade por abuso de direito* 651

A. Abuso de direito na sistemática jurídica brasileira 651
a.1. Conceito e efeitos do abuso de direito 651
a.2. Casos de responsabilidade civil resultante do exercício abusivo de direito subjetivo 655
B. Responsabilidade civil nas relações de vizinhança 660
C. Responsabilidade civil por dano ecológico 668
c.1. Notas introdutórias 668
c.2. Responsabilidade por poluição 673
c.3. Responsabilidade civil nas atividades nucleares 691

5. *Responsabilidade civil por ofensa aos direitos assegurados ao menor* 702

6. *Responsabilidade civil do Estado* 706

A. Noção de responsabilidade extracontratual do Estado 706
B. Responsabilidade civil aquiliana do Estado por atos administrativos .. 711
C. Responsabilidade estatal por atos legislativos 725
D. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais 729
E. Responsabilidade estatal na ordem internacional 740

Bibliografia 743